

Afif e Lula pedem eleições gerais - 88

19 JAN 1988

A insistência do presidente José Sarney em forçar a aprovação na Constituinte do mandato de cinco anos poderá levar o País a uma situação "pior ainda", porque, ao invés de austeridade nos gastos públicos, vamos ter de sustentar um governo fraco. A advertência é do deputado Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal. "Haverá um movimento de rebelião, uma desobediência civil no País", acrescentou o deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, líder do PT. Defensores do mandato de quatro anos e eleições gerais em todos os níveis, Afif e Lula se encontraram ontem no debate coordenado pela Seccional Sul do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) sobre o atual momento político e econômico.

Lula disse, para uma platéia de 250 pequenos e médios empresários, que está disposto a negociar com o Centrão a questão de estabilidade no emprego. E contou que recentemente teve uma conversa sigilosa com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que o procurou para analisar o assunto. "Mas ficou apenas na conversa, não voltamos a nos ver mais." Sobre a Constituinte, o deputado petista afirmou que a euforia inicial praticamente acabou. "Não quero mais saber da briga do PMDB com o Mário Covas e dos maus testas-de-ferro. Quando o dr. Ulysses reúne as



Afif e Lula concordam num ponto: só 5 anos para Sarney

lideranças, fica todo mundo mudo, só querendo ser fotografado ao seu lado. Faz 40 dias que não vou ao plenário porque aquilo é uma perda de tempo, a gente fala e ninguém presta atenção."

Já Afif Domingos insistiu na defesa dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, presidencialismo como sistema de governo e eleições gerais em todos os níveis. Apesar de pertencer a um dos

grupos que formou o Centrão, Afif não concorda com a tese dos cinco anos de mandato para o presidente, nem está certo de que ela será aprovada pelo Plenário da Constituinte.

Afif acrescentou que a estabilidade, da forma como foi proposta pela Comissão de Sistematização, tornou-se algo "teórico e utópico". Nesse ponto, ele pensa como o Centrão, ao defender o contrato de trabalho protegido, mediante indenização compensatória nos casos de despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei. "É isso que prevalecerá no plenário — garante — porque é menos danosa para o trabalhador."

O líder do PL lembrou que, antes da votação do regimento interno, foi à tribuna para declarar: "A estabilidade no emprego é bandeira do populismo contemporâneo". Classificou-se "nem de direita nem de esquerda", e observou que direita e esquerda são "parafusos de linha de montagem", numa clara referência aos que os assistiam, pequenos e médios empresários, e ao seu colega do PT.

O relator Bernardo Cabral acusou o Centrão de copiar 80% dos artigos da Comissão de Sistematização, e Afif Domingos confirmou a observação, só que não vê nenhum problema nisso: "Minha proposta é seguir-

mos a idéia traçada pela Comissão de Sistematização, de votarmos item por item, e deixarmos os pontos polêmicos, que são apenas 20%, para o final".

Depois, advertiu aos que pensam que a Constituinte será votada como um "rolo compressor": "Quem pensa que votará às cegas está enganado — disse Afif Domingos — porque negociação é o lema da minha ação política. Vamos negociar, ninguém vai impor nada".

A indenização no caso de demissão dos empregados evitaria a rotatividade nas empresas, observou ainda Afif Domingos: "O Centrão já está mantendo diálogo com as centrais sindicais nesse sentido. Vamos pensar muito nos empregados, porque existe uma cúpula sindical e uma cúpula empresarial, que têm tratamento diferenciado. O Brasil real, verdadeiro, tem que ter diálogo, senão, não haveria 53% da força de trabalho concentrada na economia informal".

Luiz Ignácio Lula da Silva disse que vai negociar com o Centrão na questão da estabilidade: "Vejo gente séria dentro desse grupo, alguns até bem-intencionados, e outros que trouxeram ao público discussões fora de moda, como a questão do mandato presidencial, que é de quatro anos segundo a vontade do povo".

Lavor sugere saída honrosa para Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) defendeu ontem no Senado a tese das eleições para presidente 45 dias após a promulgação da nova Constituição, enfatizando que a emenda por ele apresentada ao projeto da Carta constitui "uma saída honrosa" para o presidente José Sarney, cujo governo entrou "num processo de desgaste irreversível". Na opinião do senador, está provado que o prazo de 45 dias, previsto pelo projeto constitucional nos casos de vacância daquele cargo, é perfeitamente viável. E lembrou que Getúlio Vargas foi deposto dia 29 de outubro de 1945, com as eleições presidenciais que elegeram o marechal Eurico Dutra seu sucessor, sendo realizadas "exatos 33 dias depois, a 2 de dezembro do mesmo ano".

O senador Pompeu de Souza (PMDB-SP), defensor da tese das diretas para presidente da República no máximo até 120 após a promulgação da nova Constituição, disse que esta deixou de ser uma questão política para se converter numa questão de honra. Segundo enfatizou Pompeu de Souza, a transição democrática do Brasil será concluída com a promulgação da Constituição que está sendo elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte e o presidente José Sarney já se havia comprometido publicamente, diante de toda a Nação, com os quatro anos de mandato para si próprio.

Assinatura não garante 5 anos, admite Couto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As 317 assinaturas recolhidas pelo Centrão em favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney não garantem que esse seja o resultado da votação em plenário, admitiu ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Que, ainda assim, disse confiar no interesse cívico dos constituintes: "Um homem público, quando assina um documento, é porque concorda com ele. Esperamos que esse crédito se traduza em votos."

Enquanto isso, o presidente Sarney afirmava ao prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, a quem recebeu ontem no Planalto, que a Nação "não pode ficar à espera de definições como estas, porque os investimentos estão parados". A Constituinte tem de decidir imediatamente a duração de seu mandato e sistema de governo, repetiu ele.

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) está confiante na aprovação dos cinco anos: "Entre os constituintes não há traidores", garantiu. E repetiu: "Eu votarei pelos cinco anos e pelo regime presidencialista". Segundo Sant'Anna, o povo ainda não entendeu que a Nova República recebeu uma herança muito ingrata. "A discriminação ao Nordeste, a centralização do poder, os problemas na área de saúde e a dívida

externa, alimentados pelos governos passados, estão influenciando penosamente sobre o setor social. As mudanças reclamadas pela população não podem ser feitas de um dia para o outro", justificou.

"DEUS QUIS"

"Sarney chegou à Presidência por que Deus assim o quis", informa o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda que propõe o mandato de cinco anos para Sarney. O deputado não tem a menor dúvida sobre a aprovação da emenda, porque antes de apresentá-la pediu ajuda divina. E dá os detalhes: "No meu apartamento, em Brasília, eu dobrei os joelhos e orei a Deus pedindo que ele guiasse os meus passos. E quando se coloca Deus à frente, o sucesso é garantido".

Além do apoio divino, Iensen confessa ter contado também com o apoio do governador Álvaro Dias, do Paraná, que teria conseguido pelo menos cinco assinaturas de parlamentares paranaenses de adesão à emenda. Ontem, o governador disse acreditar que as afirmações de Iensen sobre sua interferência "não passam de um mal-entendido". E explicou: "Eu sempre disse que não pressiono, nunca disse que não influo. Eu opino, e quem opina influo".

Já o deputado federal Alcenil Guerra, presidente do diretório do PFL do Paraná, disse ontem em Curitiba que não acredita que a popula-

ção brasileira se mobilize e reverta a tendência em favor do mandato de cinco anos para Sarney. Guerra, defensor de eleições presidenciais ainda este ano, afirmou que "a sociedade está amordaçada, desencantada, sem confiança nas convocações da classe política". O deputado disse estar "bastante pessimista" com o futuro do País que, previu, "será negro". Para ele, os políticos, hoje, "têm uma capacidade muito grande de ficar contra as aspirações populares". Mais do que desprezo, eles estão "angariando o ódio da população, e só não sente isso quem não anda na rua", concluiu.

SEM ACORDO

Não houve acordo sobre a questão do mandato presidencial no encontro realizado sábado entre os governadores de Minas, Newton Cardoso, de São Paulo, Orestes Quêrcia, e do Rio de Janeiro, Moreira Franco. Este deixou claro, ontem, no Rio, que as divergências permanecem: "Mas não se trata do mandato do presidente Sarney", explicou. "Trata-se da questão mais ampla do mandato do presidente da República".

Segundo Moreira Franco, o PMDB precisa começar a discutir já, a fim de preparar-se para a sucessão presidencial. "O primeiro passo é debater um programa adequado", disse o governador. De sua parte, ele acredita que "a questão mobiliza o povo brasileiro", e é preciso "avançar nesse sentido".

Prioridade é o mandato, diz Newton

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

A necessidade de apressar a votação da nova Constituição, dando prioridade para a duração do mandato presidencial, foi o principal assunto discutido pelo governador de Minas, Newton Cardoso, com 23 dos 35 constituintes mineiros, ontem. O encontro foi convocado por Newton a pedido do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que esteve em Belo Horizonte neste fim de semana.

Apesar do empenho do governador, nem todos os deputados, como por exemplo Roberto Brant, concordam com a inversão da pauta. A prioridade para a questão do mandato esvaziaria a Constituinte, disse o parlamentar. Já o deputado Leopoldo Bessone, favorável ao mandato de quatro anos, só vota a inversão "como forma de sair do impasse". Newton Cardoso reiterou sua posição favorável aos cinco anos, mas não fez nenhum apelo aos constituintes sobre essa questão. Das 317 assinaturas à emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) propondo os cinco anos de mandato, 24 são do PMDB mineiro. Mesmo assim, nem todas serão revertidas em votos. O deputado Hélio Costa, que assinou a emenda, por exemplo, já anunciou que "votará com o povo", ou seja, pelos quatro anos.

Newton Cardoso não quis comentar o encontro que teve, neste final de semana, com Moreira Franco e Orestes Quêrcia. Moreira continua irredutível no mandato de quatro anos, e Quêrcia diz que aceita os cinco "mas não trabalha para tal".